



ISPN

INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA



Frente Parlamentar Mista
Ambientalista



GT
Orça
mento

Cartilha

Orientações para solicitação de Emendas Parlamentares para a Sociobiodiversidade

Você já pensou em solicitar uma emenda parlamentar para investir nas iniciativas e projetos de seu território? Muitas comunidades e organizações deixam essa oportunidade passar, mesmo sendo uma porta importante para conquistar recursos que podem apoiar projetos de manejo sustentável, geração de renda e valorização cultural.

Nesta cartilha, vamos te mostrar de forma simples e prática como dar esse passo: desde a preparação do projeto até o diálogo com parlamentares e ministérios. Esperamos que você e sua organização se sintam preparados para transformar emenda parlamentar em resultados na vida das pessoas e na proteção da natureza.

O que são emendas parlamentares?

Mesmo não sendo o instrumento ideal — já que a execução orçamentária deveria ser planejada de forma estruturada pelo Executivo —, as emendas parlamentares representam hoje uma parcela significativa do orçamento da União. Nesse contexto, torna-se um direito e também uma estratégia legítima da sociedade civil propor projetos para a boa aplicação desses recursos, de modo a garantir que eles atendam a interesses coletivos e à diversidade socioambiental do país.

No caso dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e das economias da sociobiodiversidade, as emendas podem funcionar como um mecanismo de fortalecimento de cadeias produtivas, valorização de saberes tradicionais e promoção da sustentabilidade em territórios coletivos. Instituídas pela Constituição Federal de 1988, elas permitem que deputados federais e senadores destinem recursos federais a iniciativas locais, o que abre espaço para fomentar ações em logística produtiva, manejo sustentável, agroecologia, bioeconomia e iniciativas comunitárias.

Assim, ainda que não substituam a necessidade de planejamento público integrado e de longo prazo, as emendas parlamentares se configuram como uma ponte entre a formulação de políticas públicas e a realidade dos territórios. Quando bem aplicadas, podem assegurar que investimentos cheguem a quem mais precisa e contribuir para a construção de alternativas econômicas alinhadas à conservação da natureza e ao fortalecimento cultural dos povos e comunidades que garantem a sociobiodiversidade no Brasil.

Tipos de Emendas Parlamentares

- Emendas Individuais – apresentadas por cada deputado(a) ou senador(a), com valor definido em lei. São de execução obrigatória (impositivas). Essas são as emendas ideias para você pedir ao seu parlamentar! O valor mínimo é R\$200.000,00
- Emendas de Bancada Estadual – apresentadas coletivamente pelas bancadas dos estados no Congresso. Essas emendas geralmente abrangem prioridades comuns de um estado inteiro.

- Emendas de Comissão – propostas pelas comissões permanentes da Câmara e do Senado (ex.: Meio Ambiente, Agricultura). Essas emendas geralmente atendem à demanda de uma política pública nacional.

Fazer check list de Instituição elegível

As emendas podem ser executadas por alguns tipos de organização por isso é importante verificar se a sua está apta.

- Check list pagina XX (incluir a página onde está o check list na cartilha)
- **Caso não esteja apta, podem procurar parcerias que podem ser inclusive prefeituras.**

Identificação de necessidades

- Junto com o coletivo identificar quais são as necessidades do grupo e como elas podem ser atendidas
- Ex. Casa de farinha, caminhão, reforma, assistência técnica
- Elaborar projeto, com proponente e objetivos claros e acima de R\$200.000,00

Diálogo com parlamentar

- Identificar mais de um parlamentar da região ou algum que tenha mais afinidade.
- O diálogo pode se iniciar a qualquer momento do ano mas orçamento é definido no final do ano.
- Apresente seu projeto de forma a convencer o parlamentar da importância do projeto. Uma forma de apresentar a proposta é com envio de ofício anexo a cartilha.
- Mantenha diálogo com a assessoria do parlamentar para saber do andamento do pedido.

Execute o projeto

- Execute o projeto corretamente para manter o bom relacionamento

Como fazer para conseguir uma emenda

O primeiro passo é checar se sua organização está apta para receber emendas no check list que fizemos na página x. Depois, definir com clareza a demanda da comunidade ou organização, identificando também os custos envolvidos. Após essa definição, é essencial buscar o apoio de um parlamentar da região para apresentar a proposta e solicitar a indicação de recursos via emenda parlamentar. Esse diálogo com deputados federais e senadores é estratégico para que iniciativas de sociobiodiversidade e de fortalecimento dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares sejam contempladas no orçamento. Em anexo à essa cartilha deixamos um modelo de Ofício que pode ser utilizado como uma das estratégias.

- **Deputados Federais:** informações de contato podem ser encontradas no [site da Câmara dos Deputados](#).
- **Senadores:** dados de contato estão disponíveis no [site do Senado Federal](#).

Assim, a articulação política se soma ao planejamento técnico para transformar projetos em realidade e garantir investimentos que chegam diretamente aos territórios.

O que é importante saber antes de solicitar uma emenda parlamentar

- **Elaborar um plano de trabalho sólido:** o projeto deve estar claro e objetivo, com cronograma físico-financeiro definido e detalhamento das aquisições de bens, serviços ou equipamentos necessários.
- **Conferir a adequação do valor:** verificar se o montante da emenda é suficiente para a execução. Caso não seja, pactuar previamente a origem de recursos complementares.
- **Checar itens financiáveis:** cada ministério estabelece o que pode ou não ser financiado com os recursos da emenda, sendo fundamental analisar esses critérios.
- **Atentar à exigência de contrapartida:** quando solicitada, é necessário comprovar o compromisso e a origem desses recursos adicionais.
- **Organizar toda a documentação obrigatória:** garantir regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, entre outras exigências legais que variam conforme o programa.
- **Formalização institucional:** os recursos só podem ser destinados a organizações com CNPJ ativo (associações, cooperativas, entidades comunitárias), não sendo permitida a destinação para pessoas físicas.

Com esses cuidados, os projetos de economias da sociobiodiversidade e de fortalecimento dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares ganham mais segurança técnica e jurídica, aumentando as chances de aprovação e execução bem-sucedida da emenda.

Quais são os critérios mínimos para que organizações comunitárias possam acessar recursos de emendas parlamentares?

- **Estatuto registrado e atualizado,** contendo normas internas que assegurem:
 - o Objetivos voltados à promoção de atividades de relevância pública, social, ambiental e cultural;
 - o Previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o patrimônio líquido será transferido a outra organização da mesma natureza, conforme a Lei nº 13.019/2014, preferencialmente com o mesmo objeto social;
 - o Escrituração conforme os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- **Tempo de existência e cadastro ativo:** possuir, no mínimo, três anos de constituição formal com CNPJ ativo.
- **Experiência prévia comprovada:** já ter realizado ações efetivas relacionadas ao objeto da parceria ou de natureza semelhante (ex.: cadeias da sociobiodiversidade, agroecologia, manejo sustentável, bioeconomia comunitária).

- **Regularidade jurídica e fiscal:** estar em dia com tributos federais, previdenciários e trabalhistas, comprovados por:
 - o Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF/FGTS);
 - o Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- **Capacidade técnica e operacional:** comprovar que possui equipe, estrutura e condições para desenvolver as ações propostas no projeto.
- **Apresentar documentos adicionais** que venham a ser exigidos pelo órgão executor da emenda (o ministério ou secretaria responsável pelo programa em questão).

Assim, para as organizações de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, cumprir esses requisitos é condição indispensável para captar recursos de emendas parlamentares e transformar projetos de economias da sociobiodiversidade em políticas concretas nos territórios.

Dicas importantes para captar emendas parlamentares

Interlocução: estabelecer uma relação de diálogo constante é essencial para que associações, cooperativas e organizações comunitárias mantenham parcerias construtivas tanto com o Legislativo quanto com o Executivo.

Interação com parlamentares:

- Conheça quem são os deputados federais e senadores que representam o seu estado e município, independentemente de partido.
- Entenda quais pautas esses parlamentares defendem e identifique as que têm relação com as economias da sociobiodiversidade e com os direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.
- Procure mais de um parlamentar para apresentar o projeto, aumentando as chances de apoio.
- Verifique em quais ministérios esses parlamentares costumam direcionar suas emendas.
- Identifique e mantenha contato próximo com os assessores parlamentares, que muitas vezes são os responsáveis por acompanhar as emendas.
- Apresente o projeto de forma clara, objetiva e com bons argumentos, destacando os impactos sociais, culturais, ambientais e econômicos para a comunidade.

Interação com os ministérios:

- O projeto será analisado em função dos programas em execução de cada ministério (ex.: iniciativas voltadas a povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura familiar, igualdade racial ou meio ambiente).
- É importante compreender o fluxo que a emenda percorre após a confirmação do parlamentar, até sua execução final.
- Identificar contatos das áreas técnicas dos ministérios pode facilitar a resolução de pendências ou ajustes exigidos durante a tramitação.
- Os ministérios costumam disponibilizar cartilhas e manuais que orientam sobre os critérios de apresentação e execução dos projetos — consulte-os sempre.

Cronograma do Orçamento e das Emendas

O cronograma de emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 prevê que o período para apresentação de emendas à despesa e à receita, inclusive renúncia de receita, ocorra entre 24 de outubro e 13 de novembro de 2025, podendo haver alterações conforme o andamento da tramitação orçamentária.

Por isso, é essencial que as organizações apresentem suas propostas de projetos aos parlamentares antes desse prazo, garantindo tempo hábil para análise técnica e inclusão das demandas nas emendas. A elaboração antecipada e o diálogo prévio com parlamentares e assessorias aumentam significativamente as chances de que as propostas sejam acolhidas no momento oportuno do processo legislativo.

Como utilizar esses recursos?

As organizações da sociedade civil — como associações, cooperativas e demais entidades comunitárias — podem procurar parlamentares (deputados federais e senadores) de sua região, independentemente de partido político, para solicitar a destinação de emendas parlamentares voltadas ao fortalecimento das economias da sociobiodiversidade e das cadeias da sociobiodiversidade.

Esses recursos podem ser utilizados para apoiar projetos e ações que atendam às necessidades dos territórios, como iniciativas de manejo sustentável, logística produtiva, beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, fortalecimento cultural e geração de renda.

Para acessar as emendas, é indispensável que a organização elabore um projeto bem estruturado, detalhando de forma clara como o recurso será aplicado e quais impactos trará para a comunidade e para o meio ambiente.

Importância da Execução Correta

Conseguir uma emenda parlamentar é apenas o primeiro passo. A boa execução do recurso é fundamental para garantir que o projeto traga resultados reais para a comunidade e para manter a credibilidade da organização junto aos parlamentares e aos órgãos de governo. Cumprir prazos, aplicar os recursos de forma transparente e prestar contas corretamente abre caminho para futuras parcerias e fortalece a luta por mais investimentos nas economias da sociobiodiversidade e nos territórios.

EXEMPLO PRÁTICO - NÚCLEO DO PEQUI

Desde 2008, o Núcleo do Pequi atua estrategicamente na captação de emendas parlamentares e populares, viabilizando políticas públicas e projetos de sociobiodiversidade no Norte de Minas Gerais. A articulação com Codevasf, Idene, SEAPA, Secult e parlamentares estaduais e federais garantiu investimentos em equipamentos, veículos, kits produtivos, agroindústrias em contêiner e ações de assistência técnica.

“Reforçamos a importância de os empreendimentos da sociobio manterem diálogo com parlamentares e lideranças locais, ampliando o acesso a emendas que podem fortalecer suas ações produtivas e comunitárias.” **Sarah Melo**, colaboradora do Núcleo do Pequi.



Modelo de Ofício para Solicitar Emenda Parlamentar (adaptado)

Ofício nº XXX/XXXX

Nome da Comunidade/Município, Dia / Mês / Ano

À Sua Excelência o(a) Senhor(a)

[Nome do Parlamentar]

Senador(a)/Deputado(a) XXXXXXXX

Cidade – UF

Assunto: Solicitação de Emenda Parlamentar para fortalecimento das economias da sociobiodiversidade e de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares

Senhor(a) Senador(a)/Deputado(a),

Com nossos respeitosos cumprimentos, consultamos Vossa Excelência sobre a possibilidade de destinar recursos financeiros, no valor de R\$ XXXX, por meio de Emenda Parlamentar, à [Nome da Associação/Cooperativa/OSC], inscrita sob o CNPJ nº XXXXXXXX, para a execução de [descrição do projeto – ex.: fortalecimento da cadeia produtiva do pequi, estruturação de logística comunitária, apoio ao beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, etc.], conforme ação orçamentária do [nome do Ministério/Programa correspondente].

Ressaltamos que, desde XXXX, nossa organização vem desenvolvendo iniciativas voltadas ao manejo sustentável, geração de renda, valorização cultural e proteção dos territórios dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, contribuindo diretamente para a conservação socioambiental e para o fortalecimento da economia da sociobiodiversidade.

Agradecemos antecipadamente e nos colocamos à disposição para, junto com Vossa Excelência, avançarmos na execução de políticas públicas que fortaleçam os territórios e promovam alternativas econômicas sustentáveis na região [citar a região e os principais desafios enfrentados, ex.: pressões do desmatamento, insegurança hídrica, dificuldade de escoamento da produção, etc.].

Respeitosamente,

[Assinatura]

[Nome da Associação/Cooperativa/OSC]

[Nome do Responsável Legal] – [Cargo]

(Obs.: Sempre que possível, anexar o projeto detalhado, para que o parlamentar tenha pleno conhecimento da proposta.)